



ACTA N° 9/2006

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2006
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 26 DE JUNHO DE 2006

-----No dia 26 de Junho de 2006, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de Junho, convocada ao abrigo do n° 1 do Art. 49° da Lei n° 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei n° 5-A/2002 de 11/1, e das alíneas a), q), u) e v) do n° 2 do Art. 19°, do n° 1 e n° 7 do Art. 23°, do n° 3 do Art. 26° e do n° 2 do Art. 29°, todos do respectivo Regimento, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;**
- **PONTO 2 - Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento do corrente ano;**
- **PONTO 3 - Apreciação da Declaração Política resultante dos XXIII Estados-Gerais do Conselho de Municípios e Regiões da Europa/Ratificação da "Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local";**
- **PONTO 4 - Apreciação das deliberações da Assembleia da Juventude.**

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 21 horas e 3 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Carlos Alberto Cravo de Albuquerque
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro



Fl. 60v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de São Sebastião)
PS	José Mariano Monteiro de Jesus
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)

-----**TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** Ao abrigo do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18/07, foram convocados, para estarem presentes na Sessão Ordinária de Junho de 2006 e tomarem posse como Membros efectivos do Conselho Municipal de Segurança os seguintes cidadãos: **FRANCISCA TERESA FRAGOSO RAMINHO** – Centro Distrital de



Solidariedade e Segurança Social; **JOÃO EDUARDO SILVA DE SOUSA CARVALHO** – Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **JOSÉ JOAQUIM SILVA SANTOS** – Representante da ACRAL.-----

-----Verificada a conformidade formal e após terem prestado o juramento, procederam à assinatura do acto de posse, ficando investidos nas suas funções.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante este acto, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana	21.04

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 109/06 a 216/06, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 124/05 a 226/06, inclusive.-----

-----**INFORMAÇÕES:** o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) informou o Plenário de que uma delegação se tinha deslocado à Áustria para participar nos XXIII Estados-Gerais do Conselho de Municípios e Regiões da Europa, tendo o assunto “Futuro dos Serviços Públicos na Europa” sido bastante debatido, tendo sido aprovados documentos que irão ser apreciados nesta Sessão da Assembleia Municipal. Informou que uma das questões muito discutida foi a questão da Europa e da futura Constituição Europeia e a importância que os Municípios, enquanto potenciais dinamizadores de uma Europa mais próxima dos cidadãos, poderão ter na construção de uma Europa de paz, porque a Europa, para além de ser um projecto económico é, sobretudo, um projecto de paz. Disse que é bom que os cidadãos conheçam as instituições europeias e nisso os municípios têm e devem assumir um papel fundamental. Assim considera que a participação da Assembleia Municipal de Lagos neste evento foi uma participação útil. Informou ainda os Deputados Municipais das vantagens em utilizar o sítio da Assembleia Municipal na Internet.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que existem vários documentos para serem apreciados, mas uma vez que existe um Voto de Pesar para ser apreciado solicitou que esse documento fosse o primeiro a ser apreciado.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que tinha algumas questões sobre a nova esquadra da Polícia de Segurança Pública e sobre as empresas municipais, para colocar, mas não sabia se as devia colocar agora ou mais tarde, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara ainda não estava presente na sala.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), sugeriu que as questões do Sr. Nuno Serafim fossem colocadas na presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Mariano (PS) disse que concordava com a sugestão do Sr. José Manuel Freire.-----



Fl. 61v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.25

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria), na sequência do Voto de Pesar apresentado pelo Grupo do PS, sugeriu que fosse cumprido um minuto de silêncio em memória do falecido.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD), sobre o Voto de Pesar, sugeriu que o mesmo fosse divulgado junto da comunicação social local.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu o seguinte Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo do PS: “Como homem, como desportista lhe recordamos a sua amizade, a sua boa companhia, os seus ideais por uma sociedade melhor. Como cidadão recordamos a sua acção cívica para a resolução dos problemas da comunidade. Como membro da Assembleia de Freguesia de São Sebastião, são recordadas as suas intervenções firmes e oportunas em defesa do que acreditava ser o melhor para a sua terra. A Assembleia Municipal de Lagos vem, por este meio, apresentar à Freguesia de São Sebastião e à família de Domingos Encarnação os seus mais sentidos pêsames pelo seu falecimento.”-----

-----Em seguida foi cumprido por todos os presentes na sala um minuto de silêncio em memória do Sr. Domingos Encarnação.-----

-----Posto isto passou-se à votação do Voto de Pesar apresentado pelo PS, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Moção apresentada pela Comissão Permanente: “A Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Ordinária em 26/06/2006, delibera o seguinte: Considerando que, - A engenharia genética de culturas agrícolas é uma aplicação tecnológica recente sobre a qual não existe perspectiva histórica nem experiência acumulada suficiente para uma decisão segura; - A inevitável contaminação que o cultivo de plantas geneticamente modificadas acarreta, representa uma forma de “poluição genética” irreversível e definitiva, com consequências potencialmente graves e ainda não completamente estudadas para o equilíbrio ecológico de ecossistemas agrícolas e selvagens; - A comunidade científica internacional mostra-se dividida quanto à inocuidade do cultivo e consumo de plantas onde se misturam genes de vírus, bactérias, animais e fungos, e já demonstrou em testes laboratoriais que o consumo de algumas plantas geneticamente modificadas pode conduzir a alterações significativas do equilíbrio metabólico dos seres vivos e porventura da saúde humana; - O cultivo destas plantas também levanta problemas legais, sociais, éticos, intergeracionais que ainda não foram suficientemente discutidos nem resolvidos; - Estão ainda por definir em concreto em Portugal a cadeia de responsabilidades e as regras da co-existência que garantam a protecção da agricultura e agricultores que optem por não empregar sementes geneticamente alteradas; - A Recomendação da Comissão Europeia de 23 de Julho de 2003 (2003/556/CE) sobre regras para o desenvolvimento de



estratégias nacionais de co-existência de plantas transgênicas com a agricultura convencional e biológica reconhece a necessidade de se tomarem medidas de âmbito local como forma de levar em consideração as especificidades de cada região; - O sistema fundiário local apresenta peculiaridades que devem ser devidamente consideradas a uma escala nacional ou europeia; - Até agora foram autorizados para cultivo no espaço da União Europeia dezassete variedades de milho transgénico e duas variedades de colza transgénica; - Segundo as estatísticas oficiais mais recentes, 95% dos europeus quer ter o direito de não consumir transgénicos, 86% pretende mais informação sobre transgénicos e 71 % simplesmente não quer quaisquer transgénicos no seu ambiente ou na sua alimentação; - A afirmação internacional da região algarvia enquanto destino para um turismo de qualidade superior, onde a preservação do ambiente e da biodiversidade é fundamental, pode ser posta em causa pelo cultivo de plantas transgénicas que prejudicam essa imagem; - A proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve que brevemente entrará em discussão pública, prevê o desenvolvimento da Agricultura Tradicional e com uso racional da água; - Não existe ainda, de momento, no Algarve cultivo de plantas transgénicas, embora se conheçam plantações no concelho de Odemira, na região do Alentejo; Assim, A Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo do Município com responsabilidade e representatividade local, decide aprovar as seguintes medidas: - Declarar desde já, para a área do Município de Lagos, a proibição do cultivo de plantas geneticamente modificadas, independentemente da metodologia que venha a ser consignada na regulamentação do Decreto-Lei nº 160/2005 de 21 de Setembro. - Solicitar às autoridades competentes no Ministério do Ambiente e da Agricultura que desenvolvam todos os esforços no sentido de garantir que qualquer nova autorização europeia de plantas transgénicas no âmbito da Directiva 2001/18/CE contemple a excepção de Não-cultivo no Município de Lagos; - Iniciar os contactos para integrar na Rede Europeia de Regiões Livres de Transgénicos (de que já fazem parte a Aquitânia, o País de Gales, o País Basco, a Áustria Superior, a Toscana, Salzburgo e, mais recentemente, as Astúrias, entre outras); - Solicitar à Câmara Municipal de Lagos que promova a disponibilização de informação equilibrada sobre plantas transgénicas e as suas implicações tanto para os consumidores como para os agricultores; - Solicitar junto da Assembleia Metropolitana do Algarve, da Junta Metropolitana da GAMAL e das Assembleias Municipais e Câmaras Municipais do Algarve que tomem posição sobre este assunto, no melhor interesse do desenvolvimento da economia regional e protecção da agricultura tradicional e biológica, como sector estratégico. - Instar a Comissão Europeia a não aprovar novas variedades de plantas transgénicas para cultivo sem que os cidadãos europeus se tenham pronunciado a favor de tal opção tecnológica, salvaguardando-se sempre o direito das comunidades locais e das Regiões se pronunciarem e decidirem, aplicando o princípio da subsidiariedade.”-----
-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre o assunto foi colocado à votação a Moção apresentada pela Comissão Permanente, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----
-----Não participou nesta votação, por se encontrar ausente da Sala, o Sr. Manuel



Fl. 62v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Borba (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).-----
-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo da CDU: “Considerando que os municípios devem, através dos planos de ordenamento do território e dos planos directores municipais, poder gerir e salvaguardar os valores patrimoniais e paisagísticos. Considerando que destes instrumentos não consta uma parte importante do território dos municípios, apenas porque se atribuiu a sua gestão a uma outra entidade, sem qualquer vocação para tal. Considerando que é incompreensível que o desenvolvimento urbanístico das zonas ribeirinhas, seja um acto independente das competências municipais, quando nelas não existe qualquer relação com a actividade portuária. Considerando que as Administrações Portuárias devem, naturalmente, ter os poderes e os meios necessários a prosseguir os interesses públicos que lhes cabem cumprir, mas tal não implica que esses poderes excedam as suas atribuições, isto é, poderem exercer jurisdição plena, em vastas áreas inteira e providamente desligadas de qualquer tipo de actividade ou vocação portuária Considerando que no nosso município toda a Avenida dos descobrimentos se encontra sobre a jurisdição do IPTM que licencia e cobra toda a ocupação da via pública, cabendo ao município as obras de reabilitação urbana, a conservação, limpeza e iluminação pública. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos, Propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos delibere recomendar ao Governo que: A Jurisdição, titularidade de gestão ou propriedade dos bens sobre as zonas terrestres ribeirinhas, em áreas não afectas directamente à actividade portuária seja desafectada do Domínio Público Marítimo e seja transferida para o Domínio Público Municipal. Permitindo assim, ao município de Lagos, o exercício de todas as suas competências, designadamente de planeamento, ordenamento e gestão urbanística.”-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre o assunto foi colocado à votação a Recomendação apresentada pelo Grupo da CDU, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo da CDU: “Considerando que a Resolução nº 48/96 das Nações Unidas, de Março de 1994, Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, aponta para a necessidade de se prever a utilização de Língua Gestual na educação dos surdos e de se garantir a presença de intérpretes como mediadores da comunicação, mencionando, explicitamente, que dadas as suas especificidades, as crianças surdas constituem um caso especial no que diz respeito à integração no ensino regular. Considerando que a Declaração de Salamanca de 1994 sobre Princípios e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, enfatiza a necessidade de os surdos terem acesso à educação através da língua gestual do seu país, reconhecendo que, devido às necessidades específicas dos surdos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais em escolas de ensino regular. Por sua vez, Portugal avançou no estabelecimento de condições básicas para a educação de surdos, ao consagrar, na alínea h) do artigo 74º da Constituição da República Portuguesa que, na realização da política de ensino, incumbe ao Estado «proteger e valorizar a língua



gestual Portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e de igualdade de oportunidades». Com a publicação do Despacho n.º 7 520/98 de 06.05.1998 do Ministério da Educação foram definidas as condições para a criação e funcionamento de unidades de apoio à educação de crianças e jovens Surdos nos estabelecimentos públicos do ensino básico e secundário, bem como a organização da resposta educativa nestas unidades. Considerando que no Algarve existe apenas uma unidade de apoio à educação de crianças e jovens Surdos, localizada em Faro, o que obriga à deslocação de muitas crianças de toda a região, obrigando muitas vezes as famílias a terem de alterar radicalmente o seu modo de vida, nomeadamente, mudanças de emprego e residência para poderem proporcionar condições de ensino necessárias e adequadas aos seus filhos. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos. Propõem que a Assembleia Municipal de Lagos Delibere: Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que desenvolva todos os esforços necessários Junto da Direcção Regional de Educação do Algarve e do Ministério da Educação para a criação de uma unidade de apoio à educação de crianças e jovens Surdos em Lagos, de forma a servir o Barlavento Algarvio.”-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre o assunto foi colocado à votação a Recomendação apresentada pelo Grupo da CDU, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo da CDU: “A proposta técnica do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPOT, foi aprovada para efeitos de discussão pública, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2006 de 27 de Abril. Conforme o publicado no Aviso n.º 5 104/2006 (2ª série) o período de discussão pública do PNPOT decorre, com a duração de 60 dias úteis, de 17 de Maio a 9 de Agosto de 2006. Considerando a importância estratégica do PNPOT como instrumento de política de desenvolvimento territorial e como elemento fundamental para a coesão territorial do País. A Assembleia Municipal de Lagos. Propõe: 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que em conjunto com a Comissão Permanente de Planeamento e Urbanismo da Assembleia Municipal promova Uma Sessão Pública sobre o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, durante o período da sua discussão pública. 2. Que seja criado no sítio da Assembleia Municipal uma página denominada “Em Debate Público” com informação sobre o PNPOT, com ligação ao site www.territoriportugal.pt, onde se pode encontrar toda a documentação sobre este Programa.”-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre o assunto foi colocado à votação a Recomendação apresentada pelo Grupo da CDU, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu o seguinte Voto de Protesto apresentado pelo Grupo da CDU: “Atentos aos protocolos celebrados entre o Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações do MAI, o Município de Lagos e a PSP, por um lado, e o de acordo de cooperação entre o Restaurante Bali, Lda, Lagosinter – Supermercados, SA e o Município de Lagos, os mesmos merecem



Fl. 63v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos os seguintes considerandos: 1 - Há cerca de duas décadas que os diversos órgãos municipais reclamam do Governo a construção da Esquadra da PSP de Lagos. 2 - É competência e obrigação do Poder Central a construção da mesma e consta do 1º protocolo supracitado “que é política do Governo dotar as forças e serviços de segurança de instalações adequadas ao cumprimento da sua missão, criando condições para uma maior eficácia na sua actuação”. 3 - A colaboração prevista no Dec-Lei nº 361/84 de 19 de Novembro foi consubstanciada com a cedência de um terreno para a construção da esquadra. 4 - Tais desideratos e declarações de princípio contrariam o expresso na Clausula 3ª em que o Município de Lagos se “compromete à execução da empreitada de construção da nova Esquadra da PSP de Lagos.” 5 - O terreno actualmente na posse do MAI, junto ao Intermarché nos parece o mais adequado para a localização da Esquadra porque, integrado no tecido urbano, respeita a filosofia da esquadra de proximidade e ao mesmo tempo se situa próximo de vias rápidas, facilitando a mobilidade. 6 - Desconhecemos qualquer informação ou parecer técnico fundamentando a decisão tomada pela Câmara de mudança da localização da Esquadra. 7 - Já em devido tempo nos tínhamos manifestado contra o lançamento de uma derrama de 10% sobre o IRC para financiar a construção da Esquadra da PSP de Lagos, financiamento esse que é da competência do Governo. Face aos considerandos expostos os Eleitos da CDU lamentam que os protocolos assinados não tenham sido previamente apresentados e discutidos na Assembleia Municipal e no órgão consultivo directamente vocacionado para esta área, o Conselho Municipal de Segurança, que não reúne há um ano, e sugerem à Assembleia Municipal de Lagos um voto de protesto pela forma como todo o processo foi conduzido.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que tinha assistido à assinatura do Protocolo com o Ministro da Administração Interna, mas não tinha conhecimento da assinatura do Protocolo entre o restaurante, o supermercado e a Câmara Municipal e por isso solicitou à Câmara Municipal esclarecimentos, sobre a assinatura deste Protocolo. Sugeriu que este documento fosse discutido após a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal, uma vez que é ele a pessoa indicada para esclarecer as dúvidas levantadas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou qual é a dúvida: se foi assinado ou se existe o Protocolo?-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que sabe que foi elaborado um Protocolo, mas não sabe se já foi assinado ou não.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), perguntou aos proponentes do documento se aceitavam a solicitação do PSD no sentido de discutir o documento na presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal, uma vez que o mesmo ainda se encontrava ausente da Sala.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a única resposta que a Câmara Municipal pode dar é se já assinou o Protocolo, ou não, não estando em causa a existência do mesmo.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que não se iria pronunciar sobre um



documento que a Câmara Municipal ainda não assinou, acrescentando que não credibiliza a Assembleia Municipal estar a discutir documentos futuros.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que isto não era relevante para a discussão do documento mas que nada tinha a opor sobre discutir este documento mais tarde.-----

-----Posto isto foi suspensa a discussão deste documento apresentado pelo Grupo da CDU.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo do PSD: “Considerando que: - Desde sempre a pesca teve o papel fulcral no desenvolvimento da nossa cidade e que hoje em dia é uma actividade que tem vindo a decrescer de importância; - Existem em Lagos factores externos que têm contribuído para um decréscimo da actividade piscatória; - Tem contribuído para o definhamento da pesca o facto de em Lagos, como em outras localidades, junto ao Edifício da Docapesca, ter surgido uma “Doca Paralela” que transacciona pescado capturado fora do território nacional; - O Pescado transaccionado na “Doca Paralela”, não é submetido a qualquer tipo de fiscalização por parte das autoridades sanitárias competentes; - Esta actividade não está, nem foi licenciada junto da Câmara Municipal de Lagos; - O facto desta “Doca Paralela” iniciar a sua actividade antes da abertura da DOCAPESCA, condicionando assim os preços do pescado descarregado e transaccionado no porto de Lagos; - Com a continuação da actividade deste mercado paralelo nos moldes em que se tem vindo a exercer, o mesmo é um factor de desequilíbrio da própria actividade piscatória em Lagos, e que não oferece quaisquer garantias para a saúde pública. Exorta-se a Câmara Municipal de Lagos a: - Tomar todas as providências necessárias, a pôr cobro a todas e quaisquer actividades NÃO LICENCIADAS, bem como a zelar pela saúde pública.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não se deve dizer “Doca Paralela”, porque o que existe é uma venda paralela.-----

-----O Sr. Carlos Ribeiro (PS) perguntou se esta “Doca Paralela” é aquela que vende peixe proveniente de outras docas.-----

-----A Sra. Rosa Rosado (PSD) disse que o termo “Doca paralela” está entre aspas para destacar o termo e para dizer que nada tem a ver com a Doca normal.-----

-----O Sr. Carlos Albuquerque (PS) disse que reconhece, nestas moções apresentadas, trabalho realizado pelas Comissões Especializadas Permanentes, mas não vê oportunidade em serem apresentadas nesta Sessão, uma vez que existem trabalhos em discussão a nível das Comissões. Verificou que algumas conclusões dos trabalhos desenvolvidos pelas Comissões estão incluídos nestas Moções e isso pode ser causa de alguns conflitos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o termo “Doca Paralela” é referido porque existe um mercado paralelo que está a usurpar, de alguma maneira, as funções que deveriam ser exercidas pela Docapesca e é nesse sentido que questionam a existência da “doca paralela”, mas se este termo chocar alguém o mesmo pode ser substituído por outro.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)



Fl. 64v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

disse que gostava que este documento fosse mais claro, dado que são levantadas questões que o PS não conhece. Solicitou mais informação sobre: de que tipo de doca paralela se está falar? De onde vem o pescado? Quem vende nessa doca paralela? Quem não fiscaliza?-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o termo “doca paralela” não o incomoda, é apenas uma questão de precisão em relação ao que se passa e em vez de “doca paralela” devia ser dito “lota paralela”, porque é isso que efectivamente se passa na zona da Docapesca de Lagos.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que esta situação é conhecida de todos e aqui trata-se de defender os interesses dos pescadores e zelar pela saúde pública. Disse que a pesca está a passar por grandes dificuldades e não se pode assobiar para o lado, tanto mais que a função mais nobre da Assembleia Municipal é apresentar documentos do género deste. Disse que a partir do momento que se toma conhecimento dos problemas dá-se seguimento à tentativa de os resolver; não há que esperar por um relatório de uma Comissão porque o plano que está em marcha é no sentido de que cesse a actividade da pesca e há que defender a pesca e não deixar que isso aconteça. Afirma que não está contra ninguém que vem do estrangeiro, mas está a defender as nossas gentes e as nossas actividades. Disse que é necessário trazer os problemas de fora para dentro da Assembleia Municipal, sensibilizar o Executivo e dizer que se não conhecem deviam conhecer este tipo de problemas, devendo investigar uma vez que têm competência nesta área.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) em relação às questões levantadas pelo Sr. Paulo Jorge Reis disse que melhor do que ele para lhe dar qualquer explicação, o Sr. Carlos Ribeiro, que parece conhecer a situação e o Sr. Carlos Albuquerque, que é o Coordenador da Comissão de Economia e Turismo que ouviu a Associação de Pescadores que levantaram esta questão, podem elucidá-lo melhor.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que o ponto seis da Moção é motivo para um debate mais alargado. Disse que entendia a posição do PSD ao apresentar este documento, mas também entendia a metodologia falada pelo Sr. Carlos Albuquerque. Alerta que neste domínio, assim como de outros, exige-se uma atenção, muito particular, por parte da Câmara Municipal. Aproveitou para dizer que a questão da venda ambulante também necessita de ser olhada com um cuidado especial. Disse que a partir do momento em que este assunto é debatido numa Comissão da Assembleia Municipal, o mesmo devia ter o seguimento necessário, mas apelou aos Grupos Municipais para não tornarem a ansiedade dos concidadãos como pretexto para um populismo exacerbado, já que estes assuntos precisam de uma apreciação cuidada e de alguma investigação. Afirmou que concordava com a oportunidade da Moção, mas era preciso ter cuidado com o populismo, porque se desta Moção nada resultar, para o cidadão fica a ideia de que na Assembleia Municipal de Lagos, muito se fala e nada se faz. Disse que cabe à Câmara Municipal fazer com que a legalidade seja cumprida e pelos vistos isso não está a acontecer.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) referiu que o Sr. Nuno Serafim, numa anterior Reunião da Assembleia Municipal, numa tentativa de intimidação, e sobre declarações de um Deputado Municipal do



Grupo da CDU, disse: “então se isso é verdade, faça-se queixa ao Ministério Público”, por isso não percebe porque é que nesta situação, com tantos elementos que o PSD tem sobre este assunto, não vai expor directamente às autoridades competentes esta questão. Sabendo que nem todos conhecem todos os problemas que existem na cidade, solicitou mais informações. Acrescentou que não é só a Câmara Municipal que tem que agir sobre este problema.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que tinha sido eleito para a Assembleia Municipal de Lagos, pelo PSD, e duvidava que fosse convidado para ser Assessor do IPTM ou qualquer outro organismo do Estado, enquanto o PS for Governo. Disse que o Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Lagos, não tem personalidade jurídica, foram eleitos para a Assembleia Municipal e trouxeram um problema que todos concordam que existe, até o Sr. Paulo Jorge Reis. Disse que não via onde estava a ser criado algum populismo exacerbado. Disse que estavam a falar de uma actividade contra-ordenacional e por isso não estava a ver nenhum populismo quando a Assembleia Municipal, que tem a função de zelar pelo concelho, promove uma Moção relativamente a factos que todos concordam que são ilícitos, ou seja, sabe-se que estão a ser cometidos esses actos, mas não se promove uma Moção porque é populista. Então qual é o momento certo? No fim do ano quando uma pseudo Comissão acabar o seu estudo? Vamos esperar que o ilícito seja cometido até alguém, numa Comissão, se lembrar de que o mesmo é susceptível de fazer queixa? Constata ainda que todos os que intervieram sobre este assunto conhecem a situação e concordam que a mesma não é proveitosa para o concelho e que a mesma não serve os interesses de uma actividade económica. Então estão todos aptos para votar este documento.-----

-----O Sr. Carlos Albuquerque (PS) sugeriu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que reúna com os Coordenadores das Comissões para que não se repitam situações destas, dado que os trabalhos das Comissões é multipartidário e não é para o Partido A, B ou C fazer um aproveitamento político de situações difíceis que ouviram decorrentes dos trabalhos da própria Comissão. Sugere que se os Partidos querem apresentar alguma Moção a mesma deve passar pela Comissão Permanente para ser uma Moção conjunta e não individual. Disse que as preocupações referidas na Moção foram ouvidas por todos os Grupos da Assembleia Municipal, e qualquer Grupo podia apresentar uma Moção idêntica, mas não é esse o papel das comissões.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que percebe que as Moções apresentadas, nesta reunião pelo PSD, possam incomodar, acrescentado que se são acusados de populismo o que dizer da CDU que normalmente apresente um grande número de documentos. Disse que tinham sido eleitos e estavam a representar as pessoas que os elegeram e é na Assembleia Municipal que têm que apresentar os problemas, e é à Câmara Municipal, alertada pela Assembleia Municipal, que compete falar com as entidades competentes.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) reafirma que a exacerbada apresentação de situações como esta podem levar a algum populismo. Disse que aprovar uma Moção deste género e depois nada ser feito é que pode fazer com que não dignifique este



Fl. 65v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Órgão, e nisso, o Grupo do PSD tem responsabilidade.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que a função mais nobre da Política é resolver os problemas existentes e dar uma direcção. Em relação à responsabilidade disse que não são Executivo, mas é na casa do povo, a Assembleia Municipal, que se resolvem os problemas.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) sugeriu aos subscritores a seguinte alteração: onde se lê: “Exorta-se a Câmara Municipal de Lagos a: - Tomar todas as providências necessárias, a pôr cobro a todas e quaisquer actividades não licenciadas, bem como a zelar pela saúde pública”, deverá ler-se “Exorta-se a Câmara Municipal de Lagos a: - Tomar todas as providências necessárias, junto das autoridades competentes a pôr cobro a todas e quaisquer actividades não licenciadas, bem como a zelar pela saúde pública.” E que fosse a Assembleia Municipal de Lagos, no seu todo a subscrever a Moção.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que aceitava a proposta do Sr. Paulo Jorge Reis, em relação à alteração do texto.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) referiu que onde se lê “Doca”, passa-se a ler “Lota”.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Moção apresentada pelo PSD, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----Não participaram nesta votação, por se encontrarem ausentes da Sala, o Sr. Carlos Pires (PS) e o Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere).-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo do PSD: “Considerando que: - O concelho de Lagos tem como principal actividade económica e motor do seu desenvolvimento o Turismo; - Cada vez mais a imagem e qualidade das cidades são factores de diferenciação positiva entre destinos turísticos concorrentes; - Em Lagos, têm surgido cada vez mais viaturas abandonadas por parte de proprietários menos responsáveis. - Exortamos a Câmara Municipal de Lagos a efectuar todos os esforços e acções necessários para pôr cobro a esta situação, que em nada dignifica a imagem de qualidade que todos desejamos para o nosso concelho.”-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que esta Moção está de certa forma relacionada com uma velha batalha sua na Assembleia Municipal com o Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tem a ver com as viaturas abandonadas e o depósito das mesmas junto ao Intermarché, constatando que não tem havido nenhuma atenção a este assunto por parte da Câmara.-----

-----O Sr. João Henrique (PS) disse que este assunto foi levantado numa Comissão, está a ser apreciado dentro da própria Comissão, sendo que no dia 29 de Junho vai haver uma reunião entre a Comissão Especializada Permanente de Ambiente, Habitação e Qualidade de Vida e o Sr. Vereador Marreiros, sendo que a Comissão está a preparar um documento sobre este assunto para ser apresentada à Câmara Municipal. Disse que as Comissões estarem a levantar problemas e depois o PSD tirar dividendos dessa situação é uma vergonha.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que não estava a ver o Sr. João Henrique a



fazer o papel que a fiscalização e os técnicos da Câmara Municipal têm que fazer, mas se calhar o Sr. João Henrique é mais um Membro da Assembleia Municipal de Lagos que tem uma avença com a Câmara Municipal de Lagos. Disse que a Moção revela-se oportuna e compreende que para o PS há assuntos que nunca são oportunos para aparecerem na Assembleia Municipal, mas o PSD não vai nessa conversa.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que a situação dos carros abandonados já foi abordada pelo PSD nas reuniões da Assembleia por diversas vezes, sendo esta mais uma. Disse que as Comissões não devem servir para adormecer as situações devem ser céleres nas suas tomadas de posição, sendo estas duas situações exemplos disso.-----

-----O Sr. João Henrique (PS) disse que não tem nenhuma avença com a Câmara Municipal de Lagos, porque não está no início de vida, por que se calhar teria de a ter. Disse que esta Moção é um trabalho dos Deputados Municipais do PSD, PS e CDU, que fazem parte da Comissão Especializada Permanente de Ambiente, Habitação e Qualidade de Vida.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que uma vez que o PS não anda a reboque do PSD e dado que já saiu o edital a dar conhecimento do leilão das viaturas que a Câmara tem em seu poder, por forma a poder vagar espaço para recolher outras que já estão inventariadas, o PS vai votar contra esta Moção.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que não percebia esta conversa do PS uma vez que uns diziam que iam fazer um levantamento das viaturas abandonadas e outros dizem que já está feito esse levantamento o qual está na posse da Câmara Municipal, ou seja, se calhar a Comissão que está a tratar deste assunto não devia existir, uma vez que o trabalho já está feito, estando por isso alguém a ganhar senhas de presença sem motivo e isso tem que ser bem explicado.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo PSD tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	1	7	2	1	11
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	16

-----Assim a Moção apresentada pelo PSD foi reprovado por maioria.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Mariano (PS): “Votei favoravelmente como forma de protesto por ver tantos carros abandonados na cidade e para esclarecer que quem vota a favor e quem põe e dispõe dos trabalhos desta casa, é a Assembleia no seu todo, não são as comissões de líderes, porque senão não vale a pena a Assembleia reunir.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo do PS: “O Grupo Municipal do Partido Socialista congratula-se por ter decorrido em Lagos, entre 1 e 11 de Junho de 2006, o II Festival de Cinema de Países de Língua Portuguesa. Mais, se realça o facto de terem



Fl. 66v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

passado por Lagos membros dos Governos de Portugal, Brasil e Guiné-Bissau, assim como altas individualidades e artistas do mundo do cinema e outras artes. Foram debatidos importantes temas sobre a produção cultural no mundo lusófono, o que contribuiu para tornar Lagos como uma porta cultural para a Europa. O Grupo Municipal do Partido Socialista saúda igualmente os 10 anos da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e apela a que da VI Cimeira de Chefes de Estado da CPLP, a decorrer em Bissau no próximo mês de Julho, saiam novas iniciativas para a dinamização das relações bilaterais em matérias de comércio externo, cooperação, cultura, ensino, formação profissional, ensino da língua portuguesa, investigação científica, investimento e outras. O Grupo Municipal do Partido Socialista espera que as “sementes culturais” aqui lançadas no CINEPORT venham a germinar, tornando Lagos num futuro centro de referência na Lusofonia. A cultura é muito mais que entretenimento, é sobretudo um veículo de relações humanas, de Paz, de Desenvolvimento, de Justiça Social; um veículo de construção de cidadania activa e porta de conhecimento para novos contactos entre pessoas e empresas, para a dinamização de negócios e o desenvolvimento de um comércio internacional ético.”-----

-----O Sr. José Mariano (PS) perguntou quais os Membros do Governo que estiveram presentes no CINEPORT.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) informou que tinha estado o Sr. Secretário de Estado da Cultura.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo PSD tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	2	1	20
ABSTENÇÕES	0	7	0	0	7
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim a Moção apresentada pelo PS foi aprovado por maioria.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “ Relativamente a esta Moção de congratulação pelo II CINEPORT – Festival de Cinema dos países de língua portuguesa, o Grupo Municipal do PSD absteve-se porque até hoje ainda não foi feito nem apresentado o balanço final do CINEPORT, nomeadamente no que concerne aos custos e proveitos, índices de audiência e participação no festival por parte da população e de elementos exteriores à organização. Por estes motivos não nos iremos pronunciar negativamente, ou positivamente relativamente a esta Moção apresentada pelo PS, uma vez que não temos dados nenhuns para saber se o evento em si é susceptível de ser alvo de uma congratulação ou não.”-----

-----Estando já presente na sala o Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi retomada a discussão do Voto de Protesto apresentado pela CDU.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se o protocolo entre a Câmara, o Restaurante e o Hipermercado, sobre o terreno para a construção da nova Esquadra de Lagos, já estava assinado.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que esse protocolo



não foi assinado.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a CDU apresentou este Voto de Protesto uma vez que a Assembleia Municipal não tinha sido ouvida sobre o assunto da construção da nova Esquadra da PSP.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que não podem estar a votar este Voto de Protesto quando apenas um protocolo foi assinado, ou seja, não se podem pronunciar sobre uma coisa que ainda não foi feita, por isso solicitou aos proponentes que alterassem o documento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que nada tinha a opor à sugestão do PSD e retirava do documento a menção ao protocolo que todos têm conhecimento que existe mas que ainda não foi assinado.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) perguntou se este protocolo entre os privados e a Câmara já está elaborado.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o documento está a ser acertado e que irá ser levado à reunião de Câmara brevemente.-----

-----Posto isto foi colocada à votação o Voto de Protesto apresentado pela CDU tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	7	2	0	9
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	17	0	0	1	18

-----Assim o Voto de Protesto apresentado pela CDU foi reprovado por maioria.---

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria): “O PS votou contra o Voto de Protesto porque se congratula com a assinatura do Protocolo para a construção da nova Esquadra da PSP de Lagos, entre a Câmara Municipal de Lagos e as entidades dependentes do Ministério da Administração Interna. A homologação do mesmo Protocolo, no acto da sua assinatura, pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, Dr. António Costa, vem demonstrar o empenho do Governo na realização de tão importante obra para o concelho de Lagos. O que é importante é a resolução dos problemas das populações e é condenável que alguma oposição queira fazer gincana política por ver resolvidos problemas que não conseguiram ou não quiseram resolver. O cumprimento deste compromisso eleitoral do PS de Lagos, demonstrou capacidade de decisão e de intervenção da actual gestão autárquica.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que tinha chegado ao conhecimento da bancada do PS o facto de terem sido proferidas palavras pouco abonatórias à Assembleia Municipal, numa reunião de Câmara, pelo Sr. Vereador Nuno Marques, nomeadamente referindo que as pessoas na Assembleia municipal são uma “carneirada”, por isso requereu que fosse solicitado à Câmara Municipal a transcrição da intervenção do Sr. Vereador na reunião de Câmara, onde fez esta referência. Terminou manifestando o maior repúdio por estas declarações.-----

-----A Sra. Brites Nunes (CDU) leu a seguinte declaração: “Apresentou o



Fl. 67v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Governo à Associação Nacional de Municípios Portugueses, no passado dia 19 uma proposta de Lei de Finanças Locais. Sem prejuízo de uma apreciação mais detalhada sobre a referida proposta do Governo, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos dão o seu contributo com uma primeira reflexão: A proposta do Governo confirma as piores expectativas quanto à natureza, objectivos e soluções nela contidos. Na verdade o seu conteúdo deixa claro que o que preside a esta iniciativa é, não o reforço e recuperação da capacidade financeira das autarquias, mas sim aliviar o Orçamento de Estado do volume de transferências para as autarquias, aumentar o regime de instabilidade a que o seu financiamento tem sido sujeito e reduzir a função redistributiva e o papel de coesão que a Lei de Finanças Locais deve ser chamada a desempenhar por imperativos constitucionais. A proposta de Lei do Governo assenta em três eixos fundamentais e convergentes no ataque à autonomia das autarquias, em particular à sua autonomia financeira, — limitação da capacidade de financiamento e de endividamento, natureza do financiamento e tutela de mérito —, expressos na: - Redução do montante global de financiamento dos municípios pela diminuição de 30.5 para 25% da média aritmética do IRS, IRC e IVA (correspondente a um corte 407 milhões de euros e a 18% do total actual), que fica longe de ser compensado pelos 131 milhões de euros que correspondem à nova participação de 2% do IRS cobrado na área de cada município; - Redução a menos de metade do limite máximo da derrama municipal sobre o IRC; - Limitação insustentável da capacidade de endividamento dos municípios; - Consagração de um princípio, no regime de finanças locais, orientado, ainda que indirectamente, para empurrar as autarquias no sentido de garantirem os recursos de que necessitam através da fiscalidade local e de uma política anti-social de taxas e tarifas; Reposição dos mecanismos de financiamento consignado abolidos com o regime democrático através da criação de um novo fundo – Fundo Social Municipal – , de valor reduzido (147 milhões de euros), inteiramente afecto ao exercício de novas competências unilateralmente impostas; - Para além desta forma essencial de tutela, criação de diversos mecanismos de tutela preventiva e de sanções administrativas (prestação de informação de gestão e outros meios de controlo tutelar sujeito a um regime de sanções), intervenção directa do governo na gestão (declaração da situação de desequilíbrio financeiro estrutural), consagração da possibilidade de transferência avulsa de novas competências, integral subordinação da Lei de Finanças Locais às Leis do Orçamento de Estado e do Enquadramento Orçamental, rebaixando o seu estatuto constitucional, impossibilitando a gestão autónoma responsável a prazo de mais de um exercício económico e transformando, de facto, as autarquias em meros serviços desconcentrados. - A consagração na Lei da possibilidade de, por decisão municipal, fazer crescer em mais 3% a parte do IRS cobrado localmente afecto aos municípios constitui uma operação demagógica e intolerável por parte do governo: - Primeiro, porque nem com os cerca de 180 milhões que daí resultariam se atingiria o nível actual de financiamento dos municípios, pelo que se não descortina como algum deles pode prescindir, responsabilmente e em liberdade, do valor que lhe caiba; - Segundo, porque aquele mesmo governo que se propõe reduzir as transferências para os municípios e lhes



oferece em alternativa um mecanismo de compensação apenas parcial, o faz acusando, cinicamente, a priori as autarquias que o utilizem de não «desagravarem» a carga fiscal sobre as famílias e tornarem os seus territórios menos «competitivos»; - Terceiro, porque, uma vez mais, os eventuais benefícios (limitados e inexpressivos) que resultariam para os cidadãos da opção de prescindir daquele mecanismo apenas seriam sentidos pelas camadas de mais altos rendimentos, tirando-se aos que menos têm (em obra e actividade pública a seu favor) para devolver (em dinheiro) a quem mais tem. - Não se exige que a Lei de Finanças Locais, como qualquer outra lei, seja perene e imutável. A Lei 42/98, em vigor, apresentará sem dúvida aspectos e disposições a carecerem de correcção, sejam os que se revelaram necessários desde a sua elaboração, como na altura o PCP sublinhou, quer os que decorreram da sua aplicação e alterações na vida do poder local entretanto ocorridas. O que não é expectável nem legítimo é que, em nome dessas alterações, se procure não o seu aperfeiçoamento numa perspectiva de reforço da autonomia financeira das autarquias, mas sim a consagração de alguns objectivos que o desrespeito pela aplicação da presente Lei foi procurando impor como factos consumados.”-----

-----O Sr. José Mariano (PS) disse que a entrada da barra necessita de ser desassoreada urgentemente. Teve conhecimento que tinham sido disponibilizadas verbas para fazer desassoreamentos no Algarve, mas Lagos não foi contemplado com qualquer verba para esse efeito. Disse que existe uma casa na rua Infante de Sagres que foi deitada abaixo e reconstruída, sendo que a Câmara agora não dá parecer favorável à sua utilização porque tem a fachada pintada de amarelo e as janelas e a porta lacada de branco, situações que não são permitidas no concelho. Disse que isto só pode ser má vontade por parte da Câmara, porque casas pintadas de amarelo existem por todo o concelho. Disse que a obra que está a ser feita em frente ao Lar da Santa Casa da Misericórdia de Lagos, na rua Gago Coutinho, ocupa a via pública de tal forma que obriga os peões a circularem na estrada, verificando-se situação idêntica na rua 25 de Abril.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 23 horas e 24 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 41 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:** O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou que a Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, solicitou a introdução de mais um Ponto na Ordem do Dia - “Apreciação e votação da abertura do concurso para o fornecimento de refeições escolares – 2006/2009”. Assim a Mesa apresentou a seguinte Proposta de Alteração à Ordem do Dia para esta Sessão: “Ponto 1 da Ordem do Dia - Apreciação e votação da abertura do concurso para o fornecimento de refeições escolares – 2006/2009; Ponto 2 da Ordem do Dia - Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento do corrente ano; Ponto 3 da Ordem do Dia - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município; Ponto 4 da Ordem do Dia - Apreciação da Declaração Política resultante dos XXIII



Fl. 68v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Estados-Gerais do Conselho de Municípios e Regiões da Europa/Ratificação da "Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local"; Ponto 5 da Ordem do Dia - Apreciação das deliberações da Assembleia da Juventude."-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre este assunto passou-se à votação da Proposta de Alteração apresentada pela Mesa, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- Não participou nesta votação, por se encontrar ausente da Sala, o Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere).-----

-----Seguidamente foi colocada à votação a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----Não participou nesta votação, por se encontrar ausente da Sala, o Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere).-----

-----**PONTO 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ABERTURA DO CONCURSO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – 2006/2009:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 427-18.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) disse que tinha conhecimento de que o Ministério da Educação ia transferir para autarquias uma verba para apoio às refeições escolares, perguntou se a Câmara de Lagos se tinha candidatado a essa verba.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou qual o balanço que a Câmara faz das refeições fornecidas a alunos até aqui.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, respondeu que a candidatura às verbas referidas pela Sra. Paula Couto tinha sido feita e que o balanço, em relação às refeições escolares fornecidas até ao presente é positivo.-----

-----Posto isto foi submetida à votação a **ABERTURA DO CONCURSO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – 2006/2009**, tendo sido aprovado, por unanimidade, autorizar a abertura do Concurso para o fornecimento de refeições escolares para o triénio de 2006/2009, no valor total de 786 300 € (setecentos e oitenta e seis mil e trezentos euros), nos termos indicados no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho.-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DO CORRENTE ANO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 427-19.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) perguntou o porquê do reforço, substancial, nas rubricas “Encargos de cobrança de receitas”, “Instituições sem fins lucrativos” e as



“Outros trabalhos especializados”-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que “Os encargos de cobrança de receitas” é uma verba que o Estado cobra à Câmara Municipal, pelo facto de ser ele, Estado, a prestar à Câmara o serviço de cobrança dos impostos mais importantes (IMI, IMT, etc.). Em relação à verba para as “Instituições sem fins lucrativos” não tinha presente a justificação passando-se o mesmo com a rubrica “Outros trabalhos especializados”-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que na próxima vez que trazer um assunto idêntico a este, se faça acompanhar pelo técnico da Câmara que preparou isto, de modo a poderem ser esclarecidas questões-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) perguntou se era possível esclarecer o reforço da rubrica “Água” e “Impostos e taxas”-----

-----O Sr. Presidente da Câmara, Júlio Barroso, em relação à rubrica “Água” esclareceu que tem a ver com a compra de água e em relação a “Impostos e taxas” disse que a explicação é a mesma que foi dada sobre “Os encargos de cobrança de receitas”-----

-----Posto isto foi submetido à votação a **1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DO CORRENTE ANO** tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	0	1	18
ABSTENÇÕES	0	7	2	0	9
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim foi aprovada, por maioria, a 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2006-----

-----O Sr. Vereador Nuno Marques, exercendo o seu direito de defesa da honra, ao abrigo do nº 5 do Artº 28º do Regimento da Assembleia Municipal, disse o seguinte: “Agradeço a oportunidade que me é dada para esclarecer, embora tenha que lamentar que uma questão destas, enfim, venha interferir nos trabalhos do Órgão deliberativo Municipal. Agradeço, porque é sempre bom esclarecer os mal entendidos quando eles aparecem. Efectivamente foi por mim proferida numa reunião de Câmara a expressão que o líder da bancada do Partido Socialista hoje aqui utilizou; isso ele disse e eu confirmo, sem problema nenhum e desde já me penitencio, perante vós, politicamente me penitencio, sobre quem se achou ofendido por essa expressão que eu utilizei. Não havia razão para tal. Não é, nem foi, do ponto de vista pessoal, que foi utilizada essa palavra contra ninguém específico, foi tão-somente até para defender os Órgãos Municipais; aqui é que está a ironia de tudo isto, há testemunhas, enfim, daquilo que foi dito. Lamento que, enfim, algum, um ou outro controlador, lhe tenha feito chegar uma mensagem errada, destorcida, daquilo que foram as minhas palavras. E isto porquê? Porque foi dito, no âmbito de uma argumentação política, como muitas outras que temos na reunião de Câmara, foi dito por mim que discordava da forma como muitas das



Fl. 69v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

vezes, todas as pessoas que andam à volta, enfim, da decisão autárquica, do Poder autárquico aqui em Lagos, são tratadas por uma determinada forma de ver o exercício desse próprio cargo público. Foi dito por mim, enfim e já lá vou ao caso concreto e a outros exemplos que se podem dar, que muitas das vezes o principal responsável autárquico, rosto do Poder Local nesta cidade, trata muita gente exactamente dessa forma que disse. Neste sentido é que apresenta as coisas como um facto consumado, apresenta à votação tudo já combinado e concertado, como o Sr. Presidente da Câmara gosta de dizer, aos Órgãos Autárquicos e essa é uma maneira de estar na Política que não é a minha. Portanto foi nesse sentido, exactamente nesse sentido, que eu utilizei o termo que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista referiu, foi nesse sentido que utilizei essa expressão. Como digo penitencio-me, desculpem, não era para ofender ninguém, mas como ainda hoje se pode constatar nesta casa, estive aqui caladinho a ouvir, mas presenciamos mais um exemplo daquilo que valida, totalmente, a expressão que eu utilizei. É que numa questão de tal importância como é a questão da Esquadra da PSP de Lagos, o assunto é proposto no Órgão que devia, enfim, deliberar para fazer valer um determinado acto, é posto esse assunto no meio da reunião, atabalhoadamente, não foi distribuída documentação prévia, essa mesma documentação que foi lá distribuída, foi incompleta porque lhe faltava uma Planta de Localização com a localização dos terrenos. Eu não votei esse documento que foi apresentado e digo-lhes mais, qual não é o meu espanto quando abro um órgão de comunicação social regional, na passada terça-feira e vejo lá contada a história toda, tintim por tintim, aquela história que quem nos trata a todos da forma que disse e que mantenho, gosta de lidar com os problemas. Sabemos hoje que há dois protocolos sobre a Esquadra da PSP de Lagos, apenas um, enfim, a noventa por cento, foi à reunião de Câmara, no dia da reunião de Câmara, sem distribuição prévia para os seus Membros e há outro que toda a comunicação social, pelos vistos já conhece, mas que nenhum dos senhores e das senhoras que aqui está nesta casa conhecem, nem a própria Câmara Municipal, o que quer dizer que, se isto não é ver o exercício do Poder de uma forma, enfim, muito específica, já não vou qualificar com medo de ferir a “susceptibilidade” de algumas pessoas que aqui estão, se isto não é ver o exercício do Poder de uma forma muito específica, diferente da minha própria maneira de ver e daquela que o meu Partido defende e daquela que hoje foi também dita aqui e apresentada, e muito bem, pela Bancada da CDU, que foi depois validada pelas outras bancadas, penso eu, tanto quanto me percebi, é que há aqui uma forma de resolver os problemas, de negociar os assuntos, de tomar decisões que é totalmente contrária ao próprio âmbito e especificidade dos órgãos, legitimamente eleitos, que existe neste concelho. Não sei se foi por algum revanchismo político que essa, enfim, essa atitude foi hoje aqui tomada, mas também quer-vos dizer o seguinte que fiz eu próprio, depois de ter sido vergonhosamente insultado aqui nesta casa, com a complacência, enfim, de algumas pessoas, fui eu próprio que apresentei no Órgão o pedido de apoio jurídico, porque foi na qualidade de Vereador que eu fui insultado por um cidadão, nesta mesma casa, até hoje não tive qualquer tipo de resposta. Fiquem os senhores sabendo que



até hoje não me foi dada nenhuma resposta, no Órgão de que eu faço parte por esse pedido que fiz. Para terminar mesmo, quero dizer que defenderei sempre os Órgãos Autárquicos legitimamente eleitos, defenderei sempre a cadeia de decisões que é necessário ter e a minha postura será sempre a de condenar, veementemente, quem exerce estes cargos com tanto autoritarismo político que é isso que nós vivemos aqui nesta terra.”-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse o seguinte: “Respeito muito o Órgão e respeito muito todas as pessoas, mas não posso deixar de comentar que quem supostamente veio defender a honra de uma... bom, direi apenas, diatriba, mais uma, cometida e que vergonhosamente conspurcou todas as pessoas que aqui estão nesta Assembleia e que na devida altura, no local, imediatamente lhe foi chamada a atenção dessa situação, quem supostamente conspurcou, veio defender a honra porque alguém disse que ele conspurcou e aproveitou a ocasião... (neste momento foi interrompido pelo Sr. Vereador Nuno Marques, por este não compreender esta intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal) Eu estou a defender a minha honra, eu é que estou verdadeiramente a defender a minha honra, se os senhores sabem o que é honra... Eu só gostava de dizer que respeito muito a Assembleia e que não posso permitir, não permitirei jamais que na reunião de Câmara se utilize a linguagem, referindo-se aos Membros da Assembleia que foi utilizada, efectivamente foi chamada à Assembleia, e não só à Assembleia, aos outros Vereadores da Câmara, de carneirada, assim como hoje ouvi aqui dizer que o Partido Socialista tem controladores na Câmara ou a assistir às reuniões de Câmara. Eu, enfim, não posso deixar aqui de reforçar todas as explicações que dei e que me pareceu que a Assembleia percebeu daquilo que se passou relativamente ao caso em questão. E já agora, também devo dizer que pelos vistos a única pessoa que não teve condições para votar este protocolo, para o discutir e para o votar, foi o Sr. Vereador que defendeu a sua honra. Que ele continue a defender a sua honra como quiser, tem o direito a defender a sua honra, na minha opinião eu acho que ele atingiu foi a honra de todos os Membros da Assembleia e também de mim próprio, por isso acho que o Sr. Vereador, por este caminho, vai continuando a mostrar aquilo que é e aquilo que defende, infelizmente, evocando sempre as pessoas que votaram nele, na minha opinião, não está de maneira nenhuma a representar, condignamente, as pessoas que nele, erradamente, pelos vistos, votaram.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por grupo municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia Municipal, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 3 de Julho de 2006, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, neste



Fl. 70v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

mesmo local, no Ponto 3 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 15 minutos da madrugada dia 27 de Junho, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....

.....
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....

.....
